

Reportagem Especial

CONTROLE ELETRÔNICO DE PRESOS

Ladrões no crime de tornozeleira

Detentos do Estado driblam dispositivo da Secretaria da Justiça e usam tempo fora da cadeia para assaltar na Grande Vitória

Elis Carvalho

Com a promessa de reduzir os gastos carcerários e de evitar os efeitos negativos de uma unidade prisional, as tornozeleiras eletrônicas passaram a ser usadas no Espírito Santo em dezembro de 2014.

Quase um ano após a iniciativa, **A Tribuna** flagrou casos em que detentos não aproveitaram a oportunidade de ressocialização. Eles voltaram para a cadeia após driblarem o sistema para cometer assaltos, tráfico e até homicídios.

No dia 24 de abril, dois bandidos tentaram roubar o carro de um soldado, 22, em Cariacica. Um dos bandidos, 19, usava a tornozeleira eletrônica. Na época, a polícia não divulgou qual pena ele cumpria.

Apesar do policial não reagir, um dos bandidos descobriu que ele era policial e o PM atirou contra o criminoso, e o matou. O outro, de tornozeleira, foi baleado na perna.

Em Piúma, litoral Sul, cinco jovens participaram de um homicídio em 16 de junho. Fábio Lima Cardoso, 32, foi morto por dever R\$ 200 a traficantes, segundo a polícia. Entre os criminosos estava um de-

tento com tornozeleira eletrônica, de 21 anos. Ele foi o responsável por atrair Fábio à emboscada.

Dois dias depois, um foragido da Justiça, 30 anos, foi preso na Vila Rubim, em Vitória, com uma tornozeleira na mochila. Contra ele havia um mandado de prisão. Na ocasião, o preso disse à imprensa que qualquer pessoa consegue retirar o dispositivo.

Já no dia 19 de agosto, um ladrão se deu mal depois de assaltar duas jovens, ambas de 25 anos, na Serra. Lucas Felipe da Silva, 19, que usava tornozeleira, abordou as vítimas e anunciou o assalto.

Ele conseguiu levar o celular de uma delas, porém foi capturado por moradores e levou uma surra.

Para o presidente do Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Espírito Santo (Sindapes), Antonio Carlos Vilela, é preciso mais fiscalização.

“Existem falhas na fiscalização. Em Brasília, uma equipe vai ao endereço do detento para checar se ele está cumprindo as regras. Aqui deveria ser assim. Sem contar que o material não é resistente”, disse.

Já o secretário de Estado da Justiça, Eugênio Ricas, afirma que o número de detentos que cumpre as regras é muito maior do que os que cometem crimes. Ele conta que desde dezembro de 2014, 3% de detentos com tornozeleiras foram flagrados cometendo crimes.

A Sejus informou que a central de monitoramento fica em Vitória, mas não divulgou o bairro, nem o número de funcionários.



LEONE IGLESIAS - 12/07/2015

FLAGRANTE

Preso 13 dias após benefício

Treze dias após ser preso por tráfico de drogas e receber o direito de usar a tornozeleira eletrônica para aguardar julgamento em liberdade, uma jovem de 19 anos foi detida no dia 12 de julho deste ano, na Serra.

Segundo a polícia, dois menores renderam um homem, 57, em Laranjeiras Velha, na Serra, e levaram a moto da vítima. Eles foram presos. Os policiais foram até uma casa usada pelos menores em Jardim Carapina, onde estavam Ingrid Pereira Pardino, 19, com outros dois menores de 14 e 15 anos.

Os policiais encontraram 28 buchas de macoína e 15 pinos de cocaína e uma escopeta calibre 12. Todos foram levados à 3ª Delegacia Regional da Serra. Ingrid foi autuada por tráfico de drogas, associação ao tráfico, porte ilegal de arma, corrupção de menores e levada ao presídio. Na delegacia, ela sorriu e negou os crimes.

Como funciona

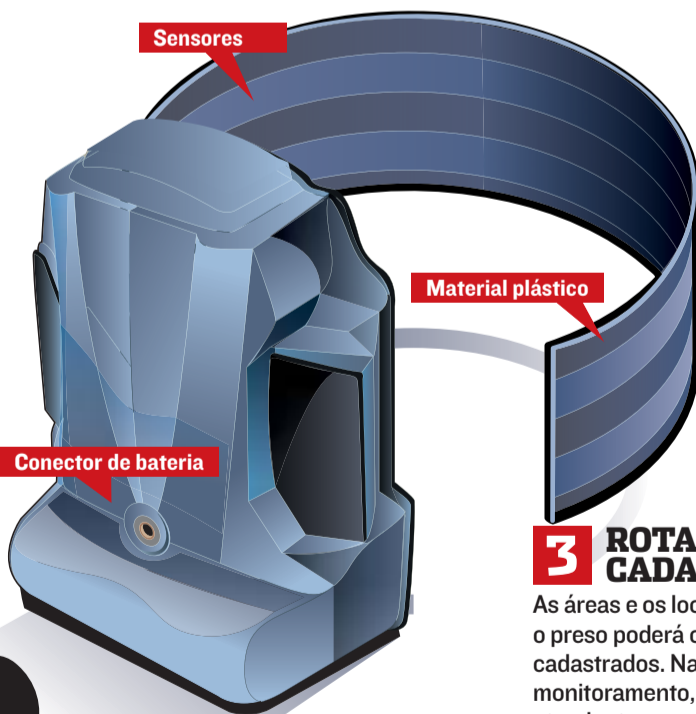
Monitoramento é feito por GPS

1 TECNOLOGIA GPS

Assim que é atada ao custodiado, a tornozeleira eletrônica passa a rastreá-lo com o uso de tecnologia GPS e GPRS. O material é plástico e resistente à água.

2 BATERIA

O equipamento deve ter a bateria carregada todos os dias. A bateria para recarga é móvel e realiza a ação a qualquer tempo e lugar mantendo a mobilidade do usuário.



3 ROTA CADASTRADA

As áreas e os locais em que o preso poderá circular são cadastrados. Na central de monitoramento, os atendentes acompanham em tempo real a rota em um mapa digital.

4 INTEGRAÇÃO COM PM

O sistema de monitoramento é interligado ao Ciodes e a Polícia Militar pode ser acionada quando houver necessidade de recaptura de algum preso.

VIOLAÇÃO

Qualquer violação da tornozeleira gera um alerta instantâneo no sistema e a infração pode causar a perda do benefício.

ALGUNS CASOS

Bandido atirou contra policiais militares

Um criminoso de 19 anos atirou contra policiais militares, em setembro deste ano, em Vitória.

O acusado usava tornozeleira eletrônica após ser preso por tráfico. Ele foi preso por porte ilegal de arma,

solto com a tornozeleira e atualmente, segundo a Sejus, o equipamento está sem sinal. A Sejus disse que não procurou o jovem porque o juiz não determinou a prisão em caso de descumprimento de regra.

VICTOR DUARTE - 04/11/2015



Assaltou dentro de agência bancária

O detento Edinaldo de Oliveira, 35, assaltou uma dona de casa, no dia 4 de novembro, em Cariacica. Ele havia sido preso por roubo e era monitorado por tornozeleira eletrônica há 57 dias, mas a deixou em casa

para assaltar. A vítima sacou R\$ 990 quando o acusado, simulando estar armado, anunciou o assalto. Edinaldo levou o dinheiro, mas foi seguido por testemunhas e acabou preso.

Reportagem Especial

CONTROLE ELETRÔNICO DE PRESOS

Detento burla lei e mata rival a tiros

Enquanto a maior parte dos detentos monitorados por tornozeleira eletrônica que retorna ao crime escolhe o tráfico de drogas ou roubo para agir, um criminoso foi ainda mais além: ele burlou as regras estabelecidas e, mesmo sendo monitorado, matou um rival na última semana.

Conhecido como Bob Esponja, Maxsuel Hipólito de Araújo, de 23 anos, é acusado de atirar e matar o jovem Marcelo Rigaldi da Silva, de 22 anos. Ele foi preso na tarde do último dia 23, em Vila Velha, duas horas após cometer o assassinato.

Nem mesmo a tornozeleira eletrônica que deveria lembrá-lo de que já estava cumprindo pena por porte ilegal de arma de fogo inibiu Maxsuel de cometer assassinato.

O delegado que estava de plantão na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) no dia do crime, Rodrigo Sandi Mori, contou na ocasião que, embora tenha negado em seu depoimento ter cometido o crime, Maxsuel foi reconhecido pela própria vítima e a polícia não tem dúvidas da ação do acusado.

Marcelo chegou a ser socorrido e levado para um hospital particular em Vila Velha. Antes de morrer, ele conseguiu revelar o nome de quem atirou contra ele.

Testemunhas também reconheceram o acusado como autor do

crime.

“Ele nega ter cometido o crime, mas foi reconhecido pela mãe da vítima e pelo próprio Marcelo antes de dar entrada no centro cirúrgico. Ainda que Maxsuel queira alegar que a arma era para sua defesa, não há dúvidas de que foi ele quem cometeu o crime”, afirmou o delegado na ocasião.

Sandi Mori disse ainda que o acusado foi preso na porta de casa, usando uma tornozeleira eletrônica. Segundo o delegado, o acusado era monitorado há três meses.

O delegado informou ainda que a motivação do assassinato foi a disputa pelo tráfico de drogas. Ele contou que na casa de Maxsuel foi encontrado um revólver calibre 38 com 10 munições.

Maxsuel foi autuado por homicídio e porte ilegal de arma de fogo. Atualmente, ele cumpre pena no Centro de Triagem de Viana (CTV).

OS NÚMEROS

1 revólver
foi encontrado com Maxsuel

3 meses
é o tempo que ele foi monitorado



MAXSUEL foi preso usando tornozeleira. Ele é acusado de homicídio

Preso diz que tirou aparelho por medo de preconceito

Não é apenas a vontade de retornar ao crime que faz com que detentos descumpram as regras retirando suas tornozeleiras eletrônicas. Um electricista, de 36 anos, contou que conseguiu ressocialização e arrumou um emprego, mas quebrou o dispositivo por vergonha e medo de preconceito.

O caso aconteceu no início de novembro, em Vitória. De acordo com a mulher do detento, uma dona de casa, 33, que preferiu não se identificar, o electricista cumpria pena por roubo.

“Ele estava passando necessidades. Mas isso ficou no passado. Ele estava cumprindo a pena dele quando conseguiu um emprego. Mas sempre dizia que as pessoas o olhavam de forma estranha por causa da tornozeleira. Então ele resolveu quebrá-la”, lembrou.

Ela disse que alguém denunciou que o detento estava sem o monitoramento e a Polícia Militar foi acionada. “Ele acabou voltando para a prisão. É triste porque ele queria se livrar de um constrangimento e passou por outro ainda maior”, disse.

De acordo com um sargento da PM que atua em Vitória e participou da prisão do electricista, essa foi a segunda vez que viu um caso semelhante. “Há alguns meses participei da prisão de um monitorado que também cortou a tornozeleira por vergonha”, lembrou.

Secretário faz defesa do dispositivo

Embora existam casos no Espírito Santo de detentos monitorados com tornozeleiras eletrônicas que burlam as regras e praticam crimes, a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) acredita que a adoção dos equipamentos apresenta bons resultados.

Para o secretário Eugênio Ricas, o número de presos monitorados que comete delitos é pequeno.

Segundo Ricas, a partir do momento que o mecanismo passa a ser mais usado, aumenta a possibilidade dos problemas aparecerem.

“A tornozeleira funciona e para nós é considerado um sucesso, já que o número de descumprimento de regras é pequeno. Mas na mesma medida que aumenta o uso, aumentam as possibilidades dos problemas. Mesmo nas unidades prisionais de segurança máxima, há detentos que encontram formas de fugir. Com o monitoramento eletrônico não é diferente”, explicou o secretário.

O secretário completou que atualmente 267 detentos estão utilizando a tornozeleira. Isso significa 1,4% do número total de presos.

Segundo ele, até hoje 3% dos detentos foram flagrados cometendo algum tipo de delito, 25% descumpriram, não retornando para casa no horário devido, indo a lugar proibido pela regra ou se afastando da área permitida.

“Desde que começou esse tipo de monitoramento, 1.419 pessoas já usaram a tornozeleira. Boa parte



EUGÊNIO RICAS explicou que Ciodes recebe alerta se regra é descumprida

dos casos, o juiz entendeu não ser mais necessário o uso com o passar do tempo, outros cumpriram determinação Judicial, tiveram o benefício da saída temporária e depois retornaram”, disse.

O secretário explicou que são os juizes que decidem qual preso poderá ter o benefício de ser monitorado, fora da cadeia, através de tornozeleira eletrônica.

“A Sejus compra um pacote que inclui a colocação da tornozeleira. Uma equipe trabalha 24 horas por dia acompanhando os detentos por sinal de GPS. Quando a pessoa descumpra as regras, é emitido alerta e a informação é passada pa-

ra o Ciodes. Já quando a fibra ótica é cortada, o sinal é interrompido, gerando um alerta no videomonitoramento”, explicou.

O secretário completou que um detento custa ao Estado de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil por mês. Já com a tornozeleira, ele custa R\$ 167.

“A tornozeleira funciona, já que o número de descumprimento de regras é pequeno”

Eugênio Ricas, secretário da Justiça

Especialistas afirmam que controle não é eficiente

A tornozeleira eletrônica é usada e aprovada por países de primeiro mundo. Mas para especialistas em segurança pública, o controle não tem mostrado eficiência. Para eles, é necessário mais monitoramento e fiscalização.

Segundo o especialista em segurança pública e privada Alexandre Domingos, a iniciativa é válida por ter como principal objetivo desafogar a superlotação dos presídios. Porém, ele acredita que o critério de quem pode usar a tornozeleira precisa ser melhor avaliado.

“Quem avalia quem pode usar a tornozeleira é o juiz da Vara de Execuções Penais, com base nas informações passadas pelo presídio sobre o preso. Existem casos onde detentos cometem um crime mas não possuem histórico de crimes, têm emprego fixo, profissão e não ganham o benefício. Enquanto outro que não tem condição de estar em contato com a sociedade vai para a rua. Eu não entendo o critério usado”, disse.

Alexandre diz ainda que o monitoramento não funciona no Brasil por falta de efetivo na hora da fiscalização.

“Não nos adequamos a essa tecnologia. O preso deveria ser vigiado 24 horas por dia e quando quebrasse a norma, ele teria que retornar ao presídio. Mas não temos efetivo suficiente para cuidar desses apenados. O Estado não está

estruturado para essa demanda. Onde fica essa central de monitoramento? Ela existe mesmo? Se existe, não está funcionando. Isso funciona muito em alguns países, menos no Brasil”, acredita.

Já o especialista em segurança pública e privada Nízio do Bem também frisou a importância de monitorar de perto esses presos.

“Na teoria, a tornozeleira funciona. Afinal, a tecnologia funciona. Mas será que quem monitora isso está fazendo da forma correta? De nada adianta um bom equipamento se não houver alguém monitorando isso de perto”, disse.



ALEXANDRE Domingos: efetivo